

Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão¹

State and workers: the populism in question

Daniel Aarão Reis²

Artigo recebido e aprovado em novembro de 2007

Resumo:

O populismo: origens, usos, abusos e hegemonia de um termo. A sociologia paulista e seu papel na articulação de uma ampla frente político-acadêmica em torno do "populismo". O populismo: a danação de um objeto. Reconstrução e exclusão: os pontos cegos de uma teoria insuficiente. A discussão do conceito de populismo. A reabilitação de uma experiência política e social. A crítica à ditadura do Estado Novo e a recuperação do trabalhismo como corrente de esquerda e do nacional-estatismo como proposta alternativa de modernidade.

Palavras Chave:

esquerdas, trabalhadores, populismo.

Abstract:

Populism: origins, the use and overuse and hegemony of a concept (a term). The Sociological production from São Paulo and its role in the articulation of a broad political-academic front around "populism". Populism: damnation of an object. Reconstruction and exclusion: blind points of an insufficient theory.

Critical analyses of the Estado Novo [New State] dictatorship and the recovery of laborism [trabalhismo] as a left current and national-Statism as an alternative proposal for modernity.

Keywords:

leftwing currents, workers, Populism.

¹ Transcrição da Conferência de Encerramento do I Simpósio do Laboratório de História Política e Social - 70 Anos do Estado Novo, efetuada por Luciana Reibolt Costa e revista pelo autor.

² Professor da Universidade Federal Fluminense.

Boa noite a todas e a todos presentes. Agradeço às generosas palavras do Professor Ignacio e também o convite para estar com vocês no encerramento deste importante seminário que, em certo sentido, comemora os 70 anos do Estado Novo, comemorar no sentido etimológico da palavra, ou seja, exercitar a memória em conjunto. Memorizar em companhia. Empreguei muito a expressão em 2004, quando fizemos vários seminários no Rio de Janeiro e em outras cidades a respeito dos 40 anos da Ditadura civil-militar instaurada em 1964, e, provocativamente, começava sempre dizendo que iríamos comemorar a instauração da Ditadura, mas apenas neste sentido preciso, etimológico, da palavra.

Gostaria de começar a intervenção dizendo algumas palavras sobre as dificuldades que nós, pesquisadores e estudiosos das tradições e legado do Estado Novo, enfrentamos hoje, ainda relativamente sérias, em conseguir reconstituir esta história como uma história construída pela sociedade brasileira e, particularmente, pelos trabalhadores brasileiros. Com efeito, em virtude da formulação do conceito de populismo, que nós vamos aqui procurar debater, constituiu-se uma frente ampla, muito diferenciada, mas que teve em comum a *proposta* de desqualificar estas tradições como uma construção da sociedade brasileira. Devemos, sem dúvida, à Professora Ângela Maria Castro Gomes, e à sua importante tese de doutorado, que se converteu em livro: *A invenção do trabalhismo*, o primeiro passo no sentido de resgatar com outros olhos e outros ângulos essa história.

É interessante, para nossos propósitos preliminares, aludir também ao Grupo de Trabalho: *Partidos e Movimentos de Esquerda*, que existia desde o início dos anos 80 no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS. Este grupo, muito ativo, elaborou uma importante obra coletiva: *A História do Marxismo no Brasil*, desde os anos 90, em seis volumes, encerrando-se a coleção este ano de 2007, com a publicação do sexto volume. A editora da UNICAMP inclusive fez uma nova edição de todos os seis volumes, muito bonita, e eu recomendaria a leitura da coleção. Mas por que menciono este Grupo de Trabalho? É para dizer que nele havia uma tendência muito forte em considerar que de esquerda eram apenas os marxistas e, concretamente, os comunistas brasileiros. Privilegiava-se ali o estudo do partido comunista e de suas dissidências. Às vezes, com alguma resistência, admitia-se o estudo dos socialistas e dos anarquistas, mas as correntes nacionalistas e trabalhistas eram excluídas das esquerdas, consideradas *populistas*, ou seja, não fazia parte realmente das referências daquele grande grupo de estudiosos integrar o trabalhismo como uma corrente de esquerda.

Foi preciso muito debate para que o Grupo, finalmente, admitisse essa tradição como integrando a história das esquerdas brasileiras, inclusive fazendo com que esse termo: *esquerda*, começasse a ser flexionado no plural. Na verdade, ainda hoje, e quase sempre, o termo continua aparecendo no singular, referindo-se basicamente à tradição comunista. Contudo, as esquerdas brasileiras, desde o início da República, foram plurais: anarquistas, socialistas, comunistas e suas dissidências e a tradição que passei a chamar de *nacional-estatista* e que teve um dos seus grandes momentos históricos de afirmação no trabalhismo brasileiro, com uma vigência muito importante na história de nosso país até 1964, e que voltaria a se reconstituir, como tentaremos mostrar, após o fim da Ditadura brasileira.

Hoje temos um conjunto de pesquisadores e de estudiosos incorporados nessa revisão, no resgate do trabalhismo como uma tendência *de esquerda*, construída pela sociedade e pelos trabalhadores brasileiros. Um resgate crítico, embora possa haver também formas acrílicas de efetuar-lo. Tenho insistido sobre a necessidade de lidar com essa tradição, inclusive porque, a meu ver, como pretendo sustentar, ela é essencial para a compreensão das tradições de esquerda no Brasil. E esta referência é tanto mais essencial para mim quanto me encontro, no momento, empenhado no estudo dos projetos de modernidades alternativas aos padrões liberais de organização da sociedade.

Há alguns anos, estudo os intelectuais russos do século XIX que formularam, a meu ver, paradigmas de modernidades alternativas à modernidade liberal. Tais paradigmas se iram desdobrar em todos os continentes, ao longo do século XX. Ora, no Brasil, um dos grandes momentos dessa procura, dessa busca de projetos de modernidades alternativas se encontra exatamente no nacional-estatismo e na sua história. Portanto, é indispensável para entender a cultura política das esquerdas no Brasil em suas especificidades, considerar a tradição trabalhista e essa tradição, em grande medida, enraíza-se no período do Estado Novo, suas propostas, seu legado.

Espero que estas palavras preliminares não sejam compreendidas como um mero exercício de egohistória. O que desejo sublinhar é como o objeto da conferência se insere no contexto da historiografia sobre as esquerdas brasileiras, e no das minhas atuais preocupações em particular.

Na discussão sobre o *populismo*, nosso grande tema de reflexão hoje, um primeiro ponto diz respeito à análise do surgimento do conceito num contexto mais amplo, social e histórico, de transição do Brasil do mundo rural para o mundo urbano. Todos os *populistas*, e designo assim os autores que adotam o conceito, trabalham com esta referência. Como

se sabe, o país passou por um processo acelerado de transição do mundo rural para o mundo urbano, um processo de industrialização, de urbanização, de construção de estruturas de sociabilidades modernas. Este processo, embora vigente nas primeiras décadas do século XX, tomou corpo e acelerou-se a partir dos anos 30.

Entre os anos 1930 e os anos 1980, em apenas cinco décadas, o Brasil deu uma virada fundamental: de uma sociedade em que $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$ da população viviam no campo, para a situação inversa, onde $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$ da população passam a viver nas cidades. Considerando-se o século XX, trata-se de uma transformação que só encontra paralelo na União Soviética, onde tudo se passou de forma ainda mais acelerada. Em pouco menos de 20 anos a União Soviética fez a virada de um mundo rural para um mundo urbano. Um processo gigantesco de mobilidade geográfica e social, migrações em todas as direções da rosa dos ventos, em todo o país, e também um processo muito forte de mobilidade social.

Houve um amplo processo de ascensão social, das camadas populares às classes médias, e até, em certos casos, às elites sociais. Todo esse processo evidentemente pôs em questão o domínio da cultura política elaborada pelas oligarquias tradicionais, até então hegemônica. Elas tiveram que se adaptar e o país todo teve que se readaptar e se redefinir, modificando as estruturas políticas, sociais, culturais, reestruturando-as em virtude do fenômeno da modernização e da urbanização acelerada da sociedade.

Os trabalhadores e os operários, em particular, já nas primeiras décadas do século XX, lutavam com empenho por um lugar ao sol na sociedade e no processo de modernização em curso. Desde então, podemos observar acirradas disputas entre várias tendências que se digladiavam nos meios proletários e de trabalhadores em geral. Aparecem as tendências socialistas, as tendências anarquistas, a partir de 1922 surge o Partido Comunista, mas existe igualmente uma tendência importante, embora não muito considerada na tradição de estudo das esquerdas e dos trabalhadores no período, que é a tendência que eu chamaria de *nacional-estatista*.

Como a historiografia das esquerdas em nosso país trabalhou estas questões?

Em nosso país, como se sabe, já temos uma tradição apreciável de história das esquerdas, um subgênero que se desenvolveu bastante desde os anos 1980, cobrindo inúmeras experiências de partidos, organizações, movimentos sociais, lideranças, etc.. Não quer dizer que os estudos tenham se exaurido, ao contrário, sempre surgem pesquisas e ângulos inovadores. Entretanto, pode-se dizer que os estudos das

esquerdas brasileiras avançaram de modo significativo, cada organização política, por menor que seja, já tem a sua dissertação de mestrado, sua tese de doutorado, formou-se, de fato, uma tradição muito considerável.

Ora, em relação ao período da Primeira República, desenvolveu-se uma preferência, sobretudo nos anos 1970 e 1980, pelo estudo das tendências anarquistas. As tradições anarquistas foram, em certos momentos, até super valorizadas nas pesquisas, porque, de certo modo, é muito comum, não se trata apenas de um fenômeno brasileiro, que os estudiosos se sintam atraídos e fascinados pelos projetos políticos derrotados, conferindo aos mesmos um realce, às vezes, desproporcional à sua importância social e histórica.

Comunistas e socialistas, mais os primeiros que os segundos, têm sido também muito estudados. Contudo, há uma tendência importante, a meu ver, subvalorizada, refiro-me à tradição que chamei de *nacional-estatista*. No contexto dos embates políticos, foi então denominada, tanto pelos anarquistas como pelos comunistas, como uma tradição *amarela*. Um termo pejorativo, desqualificador. As lideranças e os trabalhadores a ela associados aparecem como apêndices do Estado, a este *vendidas*. *Pelegos*. O nome ainda não tinha sido criado, mas eles seriam literalmente os precursores daqueles que vão ser depois, e até hoje, denominados de *pelegos*.

Qual era o programa dos *amarelos*? Cláudio Batalha, professor da UNICAMP, foi um dos raros pesquisadores que tentou estudar e resgatar a história desta tradição muito importante em termos sociais e históricos, inclusive porque eles vão ser, a meu ver, os precursores de toda a tradição *nacional-estatista* que vai adquirir muita força a partir dos anos 1930, e depois, até os dias de hoje. O que desejam esses *amarelos*, que estão, a meu ver, na gênese da tradição *nacional-estatista*? Surgiram insultados como *vendidos*, *comprados* pelas classes dominantes brasileiras e pelo Estado. Mas o que eles queriam exatamente? Queriam, fundamentalmente, que o Estado definisse uma legislação de proteção e amparo aos direitos do trabalhador. Procuravam uma aliança com o Estado para controlar a ganância dos patrões privados. É esse o eixo programático dos chamados *amarelos*.

Ao tomar este rumo, esses trabalhadores e lideranças não estão mais do que retomando tradições que eram muito vivas nas classes operárias da Europa ocidental. De fato se observarmos criticamente as tradições dos três grandes movimentos operários da Europa ocidental, o alemão, o francês e o inglês, estas três grandes classes operárias desenvolveram, cada uma a seu modo, fortes tendências neste mesmo sentido, procurando tecer alianças com o Estado para controlar os

capitalistas privados, e registrando conquistas muito significativas em termos históricos. Estas conquistas, é importante constatar, contribuíram, em grande medida, para afastarem essas classes operárias dos programas e propósitos revolucionários. Em conseqüência, houve uma grande amargura, e funda decepção, entre os pensadores, os militantes, os estudiosos revolucionários quando perceberam esses derivas das classes operárias em torno de programas reformistas. Muitos tentaram compreender e localizar as raízes do fenômeno, formulando interessantes sugestões, mas entrar nessa discussão fugiria a nossos propósitos.

O que interessa é inserir a tendência *nacional-estatista* que se forma no Brasil nas primeiras décadas do século XX no contexto internacional. Ela não é uma inovação em termos mundiais. Aliás, tudo que tem relevância na história brasileira dificilmente é algo exclusivamente brasileiro. Como reza o dito popular, se algo existe apenas no Brasil, e não é jabuticaba, provavelmente não será uma boa coisa. A jabuticaba é realmente uma fruta muito boa, e só existe no Brasil. Exceção feita à jabuticaba, em regra, o que existe no Brasil se relaciona de algum modo ao contexto internacional. Assim, pode-se afirmar que os chamados *amarelos*, que denomino de *nacional-estatistas*, em nosso país, estão perfeitamente sintonizados com movimentos sociais internacionais bastante relevantes.

Não se deseja discutir neste momento a adequação, ou a conseqüência política, desta tendência, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, trata-se de um debate interessante, e que se mantém até hoje. O fato que desejo destacar é que assumiram inegável relevância histórica e que desempenharam mesmo, em não poucos momentos, um papel hegemônico, com suas propostas de aliança com o Estado em busca da proteção dos direitos dos trabalhadores pela via legal e estatal e do controle dos apetites dos patrões, sempre insaciáveis.

Então, nas primeiras décadas do século XX, configura-se esta tradição, em contraste, e como alternativa à crença sólida entre anarquistas e comunistas de que os trabalhadores urbanos incorporavam, quase que por destinação histórica, um *ser revolucionário*. E quando, e se, esse *ser revolucionário* não se concretizava no processo histórico efetivo, caberia aos militantes e estudiosos entender porque isso estava acontecendo. Construiu-se inclusive uma metáfora que se tornou famosa e que até hoje é empregada: a metáfora rodo-ferroviária do desvio. Quando a classe trabalhadora não assumia uma dinâmica revolucionaria, é porque tinha entrado em algum desvio, que seria necessário compreender e sanar o mais rapidamente possível, e esse desvio era sempre atribuído a forças

externas às classes trabalhadoras. Tinha-se muita dificuldade e se tem até hoje, em certos círculos, em procurar compreender, que é na própria dinâmica interna das classes trabalhadoras que se devem encontrar as razões ou as desrazões dos rumos que essas classes tomam nas sociedades em que vivem.

A partir da irrupção do movimento civil-militar de 1930, mal chamado de revolucionário, assume o poder no Brasil ou, pelo menos, ocupam postos importantes no aparelho central do Estado grupos identificados com a corrente política e doutrinária do positivismo gaúcho, a respeito do qual há um acurado ensaio de Alfredo Bosi. Essa corrente, liderada por Getúlio Vargas, tem como perspectiva fazer com que a questão social, considerada até então de um ângulo repressivo, policial, se transforme numa questão política e nesse sentido começam a aparecer as primeiras legislações que vão integrar, amparar, proteger, assistir os trabalhadores e também controlá-los e se for o caso, reprimi-los, se os trabalhadores não se enquadrem, não se disciplinem segundo as novas regras.

A evidência da dimensão repressiva da proposta nacional-estatista é inquestionável, nem sempre admitida pelos historiadores *oficiais* da corrente. Como se sabe, embora as esquerdas, em suas variadas tendências, critiquem as versões *oficiais* da história, elas também, de seu lado, cultivam suas próprias *versões oficiais*. Na *história oficial* do nacional-estatismo há uma grande resistência em admitir que as propostas nacional-estatistas, segundo as circunstâncias podem reprimir, e reprimem, com dureza ímpar, as tendências que se opõem a seus propósitos e políticas.

Assim, depois de 1930, no âmbito das legislações novas que atendem às aspirações históricas das correntes nacional-estatistas das primeiras décadas do século XX, aqueles que resistem a essas orientações e legislações são duramente reprimidos. Tanto os anarquistas quanto os comunistas, que vão resistir aos sindicatos oficiais ligados ao Ministério do Trabalho, criado pelo Governo Provisório, vão ser duramente reprimidos, sobretudo os anarquistas, que resistirão até o fim a esse enquadramento. Os comunistas irão posteriormente modificar suas posições, considerando que, de tal maneira as classes trabalhadoras tinham aderido aos sindicatos oficiais, que eles estariam condenados ao gueto político e social, se mantivessem uma orientação de recusa às estruturas sindicais. Vão, portanto, se integrar, na perspectiva de combater *por dentro* as estruturas sindicais.

Esses processos que se desenvolvem, fundamentalmente entre 1930 e 1945, se acelerarão a partir de 1937, a partir do Estado Novo,

culminando, em seu momento mais afirmativo, e sofisticado, em 1943, com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT. Vejam que esta não era a única dimensão do nacional-estatismo, pode-se dizer que era a sua dimensão social. O programa nacional-estatista era extremamente ambicioso, vocês devem ter estudado ao longo desse seminário os seus vários aspectos. Havia um projeto desenvolvimentista, industrializante, na perspectiva de conquistar a autonomia nacional no cenário das relações internacionais, fazendo com que o país conseguisse superar a condição de apêndice, produtor exclusivo de produtos primários e comprador de manufaturados, criando condições para alcançar a almejada *segunda independência*. Tinha ambições extremamente vastas também na esfera cultural. Era todo um projeto de nação que pretendia incluir os trabalhadores urbanos. Num certo momento, ainda antes de 1945, chegou-se a pensar na inclusão também dos trabalhadores rurais, mas esta idéia não teve fôlego. Contudo, em relação aos trabalhadores urbanos, é evidente que alcançou certa consistência. Havia igualmente a perspectiva de regular o mercado capitalista, combinada com uma proposta distributivista da riqueza social, fortemente marcada pela idéia-força de solidariedade social, muito própria do positivismo gaúcho de fins do século XIX, inícios do século XX.

Como participaram os trabalhadores desses projetos? Essa é a grande questão, que precisa ser avaliada e respondida. Na tradição dos pensadores *populistas* (o conceito vai surgir só nos anos 50), os trabalhadores não participam ativa e conscientemente do projeto, mas de modo passivo, não passam de *massa de manobra* no processo. Ora, na contra-corrente desta tradição, procurando revê-la, é que aparece o texto da Profa. Ângela de Castro Gomes. Ela sustenta em seu livro, já referido, e esta perspectiva vem sendo confirmada por inúmeros pesquisadores que estudam o período, que grande parte da classe trabalhadora viu com simpatia, quando não participou ativa e conscientemente do processo de construção desses projetos. Daí porque, depois da derrubada do Getúlio Vargas, em 1945, permaneceu viva na consciência dos trabalhadores uma grande admiração por Vargas e sua obra *nacional-estatista*. Não gratuitamente, em 1950, Getúlio seria eleito presidente da república e, agora, democraticamente, e o fator decisivo, inegavelmente, é constituído pelo voto dos trabalhadores. E depois do seu suicídio, as grandes manifestações de massa que se seguem, atestam mais uma vez a popularidade de Vargas. Até hoje, conforme indicam recentes pesquisas, as duas grandes personalidades da história do Brasil, segundo a visão das camadas populares, e para desespero dos conservadores e das tendências mais radicais, são a Princesa Isabel e Getúlio Vargas, são as duas personalidades de maior prestígio entre as classes populares,

associadas a momentos importantes de afirmação de direitos e de promoção desses direitos.

Isto não quer dizer que houve unanimidade na sociedade, e sequer entre os trabalhadores. Houve segmentos que se opuseram e foram, como já foi mencionado, violentamente reprimidos. Nunca seria demais enfatizar, e sempre recordar, que a ditadura do Estado Novo adotou a tortura como política de Estado. Entre os partidários das *versões oficiais* do nacional-estatismo, não se suporta este tipo de crítica. Tentam, de todos os modos, ocultar as evidências da repressão, não poucos, por exemplo, tentam camuflar a infâmia da entrega da Olga Benário aos nazistas. Argumenta-se que Getúlio Vargas não sabia que Olga Benário seria chacinada nos campos de concentração nazistas. O nazismo ainda não teria se consolidado como máquina de extermínio. Então, há uma série de tentativas de omissão, de silenciamento em relação a essa dimensão que é absolutamente inegável. O Estado Novo ao tempo em que editou a Consolidação das Leis do Trabalho, promovendo, garantindo e defendendo os trabalhadores, reprimiu duramente todos os que se opunham a essas propostas.

O fenômeno do prestígio do projeto nacional-estatista entre os trabalhadores está bastante bem atestado. Já referimos a importância chave, seminal, do livro de Angela de Castro Gomes. Poderíamos ainda acrescentar a contêrranea de vocês, Lucília de Almeida Neves Delgado, com seu trabalho sobre o Comando Geral dos Trabalhadores/CGT, e Jorge Ferreira, com uma relevante dissertação de mestrado, publicada em livro, sobre as cartas enviadas à Presidência da República varguista pelos trabalhadores brasileiros, além de uma coletânea que organizou sobre o *populismo*, história e conceito. Poderíamos também referir Maria Helena Rolim Capelatto, Antonio Torres Montenegro, Regina Morel, e muitos outros pesquisadores mais jovens, como Francisco Teixeira da Silva, Marco Aurélio Santana, Karla Carloni, Angelissa Azevedo e Silva, Isabela Campoi, Elcio Costa, Antonio Luiz Negro, entre muitos outros, que procuram, criticamente, e de diferentes ângulos, resgatar e discutir a tradição nacional-estatista. Para todos estes pesquisadores, o que importa, sobretudo, é destacar a participação ativa e consciente dos trabalhadores na construção do projeto, no qual, sem dúvida, assumem um lugar subordinado, o que não quer dizer que apareçam como vítimas passivas, ou *manipuladas*.

Massas manipuladas, esse talvez seja o termo, por excelência, a chave mestra dos pensadores *populistas*. Os trabalhadores *manipulados* por elites super-conscientes e, particularmente, por líderes carismáticos que se antecipam à História, que têm uma visão geral, uma visão de conjunto, e que são autênticos prestidigitadores, com

aquela capacidade de hipnotizar as massas, porque, na *tradição populista*, é disso que se trata.

As classes trabalhadoras, no período de transição da sociedade agrária para a sociedade urbana, teriam sido submergidas por *massas* de migrantes provindas das zonas rurais, alienadas, inconscientes, suscetíveis de um processo de manipulação que as conduziu a apoiar, a *reboque*, um projeto no qual elas, a rigor, não tinham interesse algum, do ponto de vista histórico. Numa palavra, teriam sido engabeladas.

Para os pesquisadores empenhados em rever o conceito de *populismo*, é importante destacar a contribuição do grande historiador inglês, Edward Palmer Thompson. Embora não abandonando o marxismo (círculos mais ortodoxos o acusam de *desvio*), Thompson procurou compreender os rumos escolhidos pela classe trabalhadora inglesa a partir das suas opções conscientes, mesmo quando essas opções não se sintonizavam com as expectativas e orientações dos revolucionários a respeito das classes trabalhadoras. Apoiando-se em Thompson, muitos vão constatar que, a partir de 1945, a grande maioria das classes trabalhadoras participam, ativa e conscientemente, da construção do projeto nacional-estatista. Para retomar a metáfora rodo-ferroviária, mas de um outro ângulo, poder-se-ia dizer que a construção do projeto nacional-estatista é a estrada principal, não o desvio, das escolhas dos trabalhadores. Quem esteve no *desvio*, se *desvio* houve (particularmente, abomino estas metáforas rodo-ferroviárias), foram as teses radicais e revolucionárias que nele estiveram, porque sempre se encontraram em minoria nos embates que travaram no contexto das classes trabalhadoras.

Retomando o curso da história, depois de 1945, vamos ter no Brasil a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB. De acordo com os *populistas*, sempre superestimando do papel dos grandes líderes, o PTB não teria sido mais do que a criação da *mão esquerda* do Getúlio. Com a *mão direita*, Vargas teria criado o Partido Social Democrático/PSD, com a *mão esquerda*, o PTB. A reprodução, no campo da política partidária, de uma outra anedota, de que Getúlio teria sido a mãe dos ricos e o pai dos pobres. A idéia básica, realmente, é atribuir à liderança carismática as razões de todo o processo. Ora, os estudos que têm sido feitos sobre o Partido Trabalhista, e, precisamente, sobre a fundação do PTB, mostram com muita clareza lideranças sociais de trabalhadores desempenhando papel absolutamente crucial na fundação e nos primeiros momentos do PTB. É verdade que o PTB reúne, em seus inícios, além de lideranças sindicais autênticas, inúmeros aproveitadores, picaretas, *bigorrilhos*, pelegos, o que mais seja, aquele enxame de mariposas que sempre se amontoam em volta de uma luz forte, e que participam

igualmente daquele projeto. Entretanto, estas gentes estão em todos os partidos, não só no PTB.

Trata-se de uma problemática recorrente, presente numa certa crítica dos partidos políticos e do Congresso brasileiro. Há sempre uma tendência a considerar que o congresso brasileiro e os partidos políticos brasileiros são abomináveis. Nosso povo seria *muito ótimo*, mas os políticos brasileiros, *muito péssimos*. Segundo as pesquisas, os partidos políticos em nosso país têm um prestígio inferior ao das prostitutas. Assim, há uma certa resistência em ver os partidos como uma expressão da sociedade brasileira. A meu ver, eles não deixam, em grande medida, de espelhar a sociedade brasileira. Agora, se as pessoas não quiserem se ver no espelho, ninguém é obrigado a olhar para o espelho, mas se olharem para o Congresso vão ver a sociedade brasileira muito bem representada. Pode haver, aqui e ali, alguma distorção, mas, de modo geral, o Congresso Nacional é a *cara* do Brasil.

Voltando à fundação do Partilho Trabalhista Brasileiro. Em seus inícios, além dos sindicalistas de muitos matizes, vai surgir um grande político e pensador chamado Alberto Pasquali, que tentaria aproximar o trabalhismo brasileiro do trabalhismo britânico, de ricas tradições reformistas, estatistas e conciliadoras. Teve algum sucesso, mas não muito. Mas fixou uma corrente reformista, uma doutrina relativamente sólida no interior do PTB. Isso seria importante porque, a partir daí, uma determinada tendência do PTB (o PTB, em certo sentido, é uma confederação de tendências) disporá de um potencial radicalizante que aparecerá com relativa força em conjunturas de efervescência política.

O PTB nasceu e cresceu. E não parou de crescer até 1964. E o fenômeno incomodava muito as oligarquias e também as esquerdas, agrupadas no PC do B, no PSB, etc.. Grandes contingentes de trabalhadores, cada vez mais, votavam em políticos do PTB. Entre 1945 a 1964, a curva ascendente do prestígio do PTB é notória, evidenciando sua transformação progressiva num grande partido político brasileiro. O trabalho de A. Lavareda, sobre as pesquisas de opinião pública do IBOPE no período anterior a 1964, revela isso com muita nitidez, o crescimento da identidade dos trabalhadores com o trabalhismo e com o PTB. Como referido, o fenômeno incomodava profundamente as elites conservadoras, que viam escapar do seu controle aquelas classes trabalhadoras que cada vez se organizavam mais. Mas incomodava também o Partido Comunista que lutava por essa mesma clientela, a classe trabalhadora. Havia sempre uma disputa acirrada entre trabalhistas e comunistas, desde 1945, pelo controle de sindicatos, influência nos movimentos sociais grevistas, etc..

Apesar das forças contrárias, o trabalhismo e o projeto nacional-estatista teriam um primeiro momento de apogeu no pós 1945 no período do último governo Vargas, entre 1950-1954. Houve um momento de grandes lutas nacionalistas (a luta pela Petrobrás), e sindicais (a greve dos 300 mil trabalhadores em São Paulo, em 1953), reafirmando-se o prestígio do projeto nacional-estatista, sobretudo com a conquista da duplicação do salário mínimo (1954).

Entretanto, o trabalhismo esteve sempre sob cerco, sofrendo ataques, tanto das esquerdas agrupadas no Partido Comunista e no Partido Socialista (e de outros grupos menores), quanto das oligarquias tradicionais. O cerco, finalmente, como se sabe, levará ao suicídio de Vargas em agosto de 1954.

Não se pode esquecer que, quando Vargas se suicida, ele está sendo simultaneamente atacado pela extrema esquerda e pela extrema direita, ou melhor, pela extrema esquerda e pelas direitas em geral, incluindo naturalmente a extrema direita. Depois do suicídio, no entanto, há uma virada, os trabalhadores, que estavam até então na defensiva política, vão às ruas, desesperados, aos prantos. As lideranças de direita e do Partido Comunista ficaram completamente chocadas. Não esperavam, não previam aquele luto nacional, particularmente entre os trabalhadores. Vai-se dar então uma importante mudança, uma autêntica reviravolta na trajetória do Partido Comunista, que passará a buscar alianças com o trabalhismo e com o PTB. Sem abandonar a rivalidade, que persistirá, na luta por influência e pelo controle dos sindicatos, tem início aí um processo de aliança que, bem ou mal, prosseguirá até o golpe civil-militar de 1964.

É precisamente nesse contexto que vai se elaborar o conceito de *populismo*, de tão longa vida, resistência e sucesso em nosso país. Angela de Castro Gomes, fazendo a genealogia do conceito, encontrou que o termo começou a ser usado, pela primeira vez, por intelectuais que se reuniram em Itatiaia, o chamado grupo de Itatiaia, formado, entre outros, por Helio Jaguaribe, Candido Mendes, Guerreiro Ramos e Inácio Rangel. Uma parte desses intelectuais vai dar origem ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política/IBESP, e, um pouco mais tarde, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB.

Qual é a idéia básica que vai fundamentar o conceito de *populismo*, a idéia estruturante do conceito? Parte-se, como já referido, da transição do mundo rural para o mundo urbano, quando o país (sobretudo as grandes cidades), passa a ser marcado, e cada vez mais, pela presença de *massas*, que ainda não estariam propriamente estruturadas como *classes*

sociais, como se estivessem num estágio prévio. As classes dominantes tradicionais se mostrariam incapazes de controlar essas *massas*, daí porque tenderiam a atribuir essa tarefa a líderes carismáticos, dotados de capacidade de controlar, orientar e canalizar a dinâmica destas massas.

Tais líderes seriam chamados de *populistas*, nomeando-se da mesma forma os movimentos sociais dos trabalhadores como *populistas*, descaracterizando sua dinâmica interna e a própria construção dos movimentos como fruto da participação ativa e consciente dos trabalhadores, reduzindo-se todas estas articulações a um processo de *manipulação*. O Estado aparece como ativo, as grandes lideranças também, ativas e superconscientes. Já os trabalhadores são passivos, manipulados. Mais tarde, numa versão mais sofisticada, o *populismo* será designado como a *política de massas da burguesia* (Octavio Ianni).

É claro que uma pesquisa no campo intelectual do conceito de populismo poderá encontrar propostas muito diferenciadas. Como toda doutrina, quando ganha corpo e se desdobra ao longo do tempo, há pensadores mais sofisticados, divulgadores mais tacaños, aqueles que sabem esgrimir melhor os argumentos, finos espadachins, e os que portam facas mais rombudas. O conceito, por ter um alto grau de compartilhamento, apresenta notável plasticidade. Porém, não creio ser injusto insistir que a metáfora da *manipulação* traduz bem a problemática do conceito, a problemática central, nuclear do conceito.

Os trabalhadores não estariam conscientes dos seus interesses, são conduzidos, e aí vai desempenhar um papel central o chamado *pelego*. Como se sabe, pelego é a manta que permite que o cavalo sustente a sela e o cavaleiro que nela monta sem maiores dores. Os *pelegos* são a nova versão dos *amarelos*, não passam de massa de manobra nas mãos do Estado e, em particular, de suas lideranças. Na esteira, constrói-se toda uma crítica hostil à determinada maneira de se fazer política, que inclui a aproximação e o diálogo com os trabalhadores. Isso ofende demais as tradições e a cultura política das elites dirigentes do país. Essa história de ter trabalhadores sendo recebidos por lideranças políticas, conversando com essas lideranças, mesmo que numa posição subordinada, mas estabelecendo com elas laços de intimidade, este é um fenômeno considerado intolerável, desde os anos 1940 e 1950 até os dias de hoje. As elites dominantes - de direita e de esquerda - reagem mal ao fenômeno. Mesmo nos dias de hoje, no cerco político a Lula, essa coisa aparece de modo muito claro, e constantemente, uma coisa que não é bem racional, uma coisa epidérmica, um desgosto. As pessoas de elite têm desgosto de ver essa gente que estava ali embaixo, e que deveria ali permanecer, surgindo em postos de relevância, em cima. É um fenômeno que dá desgosto e uma náusea muito grandes, uma vontade

de ir pra Miami, ou Paris, abandonar o país, entregá-lo a esta gente que, decididamente, *não sabe votar* (este é um mote recorrente nos discursos das elites - de direita e de esquerda).

Se este sentimento é hoje forte, em pleno século XXI, imagine-se como não seria nos anos 1950 e 1960. Uma artilharia pesada reúne-se em torno do conceito de populismo. Materializada no que K. Marx chamava de *ódio de classe*, uma coisa visceral, vem das entranhas, para além de referências racionais, as oligarquias, de fato, não suportam o ascenso destas gentes indesejáveis. De forma semelhante, embora com perspectivas próprias, as esquerdas mais radicais também vão lamentar, e criticar, o processo, porque viam fugir de sua influência e de seu controle o proletariado, que elas consideravam legitimamente representar.

No entanto, apesar disso, entre os anos de 1961-1964, houve uma conjuntura que eu considero a mais radicalizada da história da nossa república, quando grandes embates sociais se fizeram presentes. Ora, o que se evidencia neste período é uma impregnação fortíssima da tradição nacional-estatista. O programa das *reformas de base* então proposto constituiu a radicalização mais ousada do projeto *nacional-estatista*. Os trabalhadores rurais invadindo terras, os trabalhadores urbanos e os estudantes fazendo greves, o processo acabou contaminando as estruturas inferiores das Forças Armadas, os graduados, que foram à luta, exigindo também os seus direitos.

Formou-se então uma frente social inédita na história da República brasileira, exigindo reformas, mas que seriam revolucionárias se, de fato, se efetivassem. Se fosse aprovada, por exemplo, a reforma eleitoral, votariam os analfabetos, e eles eram cerca de 44% da população brasileira. Se houvesse a reforma universitária, toda a pesquisa e os currículos se voltariam, de forma consistente, para apreciar e investigar os problemas e os impasses da sociedade brasileira. Se a reforma agrária se concretizasse, distribuindo a terra, segundo os braços e as bocas, desencadear-se-ia no Brasil uma dinâmica que seria absolutamente imparável. Se fosse reformado o estatuto do capital estrangeiro, seria necessário rever todo o processo de dependência multiseular em que se encontra o país.

Sei bem que se trata de um tema sujeito a controvérsias, há muitos que sustentam que aquelas reformas eram *burguesas*, que apenas modificariam, para melhor, os termos da exploração capitalista, sem afetar os interesses da burguesia e das elites conservadoras. O que estas interpretações não explicam bem é porque os burgueses todos se uniram contra o processo. Se as reformas eram assimiláveis pelos interesses dos *de cima*, por que eles se reuniram tão violentamente contra elas?

Certos marxistas, sem querer ofender nenhum marxista presente, têm uma tendência muito forte a definir papéis históricos aos atores sociais, e quando os atores não cumprem os papéis pré-determinados, há problemas. Numa certa visão marxista, K. Marx aparece como um grande roteirista, ele teria elaborado nada menos do que o roteiro da história da humanidade, da cultura primitiva ao comunismo, e os atores sociais todos têm os seus papéis e ai deles quando não cumprem os papéis previstos. Nestes casos, estes marxistas se revoltam, como o roteirista que faz uma peça e constata que o ator ousa não cumprir o roteiro, e já ele não reconhece mais naquilo a *sua* peça. Há marxistas que pensam assim. Nem todos, felizmente. E.P.Thompson, por exemplo, abandonou essa perspectiva, e não gratuitamente os mais ortodoxos o consideram um não-marxista. Porque ele propõe procurar nas classes trabalhadoras, em sua dinâmica interna, as razões e as desrazões do seu movimento, e não ficar de fora, externamente, dando *lições* de como os trabalhadores deveriam se comportar. Há certos pensadores que imaginam saber os interesses dos trabalhadores, os próprios nem desconfiam de seus interesses, *tadinhas*, são inconscientes, mas *nós* encarnamos a consciência. É uma inversão, mas, infelizmente, trata-se de algo muito comum e já causou não poucos estragos na história das esquerdas no Brasil e no mundo.

Voltando à conjuntura de 1961-1964, o que se percebe então é a impregnação, a hegemonia do projeto nacional-estatista, é o apogeu da hegemonia do nacional-estatismo na história da república brasileira e é notório nesse momento que o Partido Comunista, majoritariamente, e também o Partido Socialista, integram-se nessa proposta, a partir de certo momento, inclusive, quase não se distinguem mais com os próprios perfis. Por outro lado, exprimindo a efervescência do processo, aparecem segmentos no interior do PTB e do trabalhismo que se radicalizam, adotando posições cada vez mais revolucionárias. Há uma presença clara, antes de 1964, de uma vertente nacionalista revolucionária, capitaneada por Leonel Brizola com os Grupos dos 11 e o Movimento Nacionalista Revolucionário/MNR, formado em 1963. Naquele período, quando as coisas estavam cada vez mais em ebulição, várias lideranças políticas desejavam reproduzir no Brasil a radicalidade da Revolução Cubana, muitos queriam ser o Fidel Castro brasileiro. Isto, evidentemente, não quer dizer que todas as tendências de esquerda tenham ido a reboque do nacional-estatismo. Havia nas margens contra-tendências, pequenas organizações muito ativas: a Ação Popular/AP, entre os católicos; o Movimento Revolucionário Tiradentes/MRT, no âmbito das Ligas camponesas, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, ORM/ POLOP, entre

certos círculos radicais de intelectuais marxistas. São organizações que surgem e que denunciam a proposta nacional-estatista como inconseqüente. A audiência dessas pequenas organizações, entretanto, é irrisória. Por outro lado, em todas as grandes manifestações, elas incorporavam-se, junto com os trabalhistas e os comunistas. Entretanto, a consulta aos materiais dessas organizações, aos jornais, panfletos, etc., evidencia que elas formam uma oposição de esquerda radical ou extrema esquerda, que apontava para as carências, as insuficiências e as inconseqüências da proposta nacional-estatista.

Com o golpe civil-militar de 1964, todo o edifício nacional-estatista vai desabar, todas as referências construídas desde 1945 e desde antes, desde o Estado Novo, tudo isto desmorona. O Partido Trabalhista Brasileiro ainda se mantém, mas as suas principais lideranças são cassadas, encontram-se presas ou exiladas. E aquele projeto que parecia ter tanta força, tanta consistência, não resiste à ofensiva que as direitas reunidas executam. Houve então a fuga lamentável de João Goulart, o Jango, que foge para o exílio, mas, a bem da verdade, ele não foi o único a renunciar à luta. Houve ali um processo de desmoronamento muito estranho, que até hoje ainda nos interpela, exigindo explicações convincentes. Um *efeito dominó*. Na verdade, pouquíssimos núcleos manifestaram vontade na prática de lutar até o fim contra aquele golpe.

Bem, isso desmoralizou muito politicamente a tradição nacional-estatista, a política nacional-estatista. Muitos pensaram, em função disso, que a tradição ia desaparecer, tinha morrido. Já houvera uma primeira morte com o suicídio de Vargas, mas foi uma morte rápida, porque a proposta nacional-estatista cedo se recobrou. Em 1964, ela teria a segunda e definitiva morte. E então surge o livro de Octavio Ianni: *O colapso do populismo no Brasil. O populismo* tinha tido seu momento de êxito, de apogeu, mas tinha falido e a partir daí, a partir de 1964, com a radicalização da Ditadura, o Brasil passaria de um processo dominado pelas *massas* para um processo caracterizado pelas *classes*. A Ditadura iria reprimir os trabalhadores de uma maneira tão brutal que não haveria mais condições de sustentar políticas e propostas conciliatórias. Haveria um enfrentamento aberto e nesse enfrentamento, por uma imposição das circunstâncias, as classes trabalhadoras deveriam finalmente adquirir consciência de seus interesses históricos, voltando-se para o socialismo e superando as propostas inconseqüentes do nacional-estatismo. Retomava-se a díade socialismo/barbárie. Ou a barbárie, exemplificada numa ditadura que não tinha saída, que estava condenada a se radicalizar cada vez mais, porque a idéia compartilhada era de que o capitalismo brasileiro tinha chegado a um impasse catastrófico. Na medida em que as direitas tinham recusado as reformas,

e as reformas eram a única proposta capaz de abrir horizontes ao processo de desenvolvimento do país, tinha-se chegado a um beco sem saída, à barbárie. Daí a explosão era inevitável, a explosão revolucionária, o socialismo. Dois livros de época são muito expressivos, publicados em 1965 e 1966: *Política e Revolução Social no Brasil*, com Octavio Ianni, Paulo Singer, Francisco Weffort e Gabriel Cohn; e a obra magna do populismo, também de Octavio Ianni, já referida: *O colapso do Populismo no Brasil, houve então a consolidação pela esquerda do conceito de populismo*.

É interessante que as direitas, ao assumirem o poder, depois do golpe vitorioso, vinham com toda a gana para destruir o legado nacional-estatista. Inclusive, em grande medida, os golpistas se autodenominavam *revolucionários* porque sustentavam que iam fazer uma revolução no Brasil e a revolução consistia em destruir o legado getulista. O Estado getulista, as instituições, o sindicalismo corporativista, tudo isso devia ser destruído. O Brasil ia passar por uma revolução que abriria as portas do capitalismo liberal no Brasil. O governo Castelo Branco é muito informado por essa proposta.

Neste período, as direitas e as esquerdas radicais, como nos anos 50, antes do suicídio de Vargas, demonizam o *populismo* e o termo passa a designar tudo o que de pior existia na história política brasileira. Os políticos populistas são corruptos, mentirosos, safados, demagogos, inconseqüentes, frágeis politicamente, fujões, covardes. Embora com vieses diferentes, e perspectivas distintas, direitas e esquerdas radicais compartilham uma comum desafeição ao nacional-estatismo, que denominam (insultam) de *populismo*. Bem, agora o bicho estava morto e bem morto, e definitivamente morto.

Animadas por este diagnóstico, as esquerdas revolucionárias lançaram-se à luta com grande decisão, mas o projeto de enfrentamento catastrófico (armado ou não) com a Ditadura não conseguiu mobilizar grandes contingentes da população brasileira, apenas pequenos, muito pequenos, grupos. A explosão revolucionária não aconteceu, o impasse não existia, o capitalismo brasileiro deu um salto para frente, embora desenvolvendo desigualdades de todo tipo, horrores de todo tipo. É inegável que a Ditadura civil-militar no Brasil liderou um processo através do qual o capitalismo deu grandes saltos para a frente. Ao contrário da Ditadura Argentina, que fez o capitalismo regredir. Em grande medida, isso explica o isolamento das propostas revolucionárias, que se baseavam no enfrentamento catastrófico, apocalíptico. Então, as esquerdas revolucionárias foram liquidadas física e politicamente.

Em outra dimensão, no âmbito das direitas, muito cedo percebeu-se que as tradições getulistas, varguistas, pelo menos em certos aspectos fundamentais, poderiam ser preservadas e isso foi canalizado a favor do projeto de desenvolvimento econômico capitalista antipopular que passou a marcar a história do Brasil. A Ditadura compreendeu que não era o caso de destruir as estruturas corporativas e sindicais; elas eram muito plásticas, e poderiam ser aproveitadas para disciplinar e enquadrar as classes trabalhadoras. Num outro plano, mais geral, se num primeiro momento houve uma orientação de privatização da economia, no governo Castelo Branco, logo essa tendência foi neutralizada. Na seqüência, tenderam a predominar tendências em sentido inverso, acionando legados das propostas nacional-estatistas, que se tornaram visíveis no governo Geisel, quando, depois do Getúlio, mais se criaram e se potencializaram as empresas estatais no Brasil. Assim, com um marcado caráter antipopular, o projeto nacional-estatista ganhou um inesperado alento na época do Geisel. Há mesmo entre os nacionalistas revolucionários de hoje no Brasil, a admissão, às vezes algo constrangida, que o general Geisel tinha um projeto nacional, foi o último a defendê-lo, ao contrário, segundo eles, dos atuais dirigentes do país. É como se o general Geisel tivesse sido o último suspiro da proposta nacional-estatista. O que evidencia, de um outro ângulo, a plasticidade do nacional-estatismo.

Com efeito, a análise das propostas nacionais-estatistas nas Américas ao sul do Rio Grande, e em outros continentes, mostra que ela realmente têm uma plasticidade muito característica, podem assumir, em determinados momentos, uma capacidade muito particular, de mobilizar trabalhadores; em outros casos e circunstâncias, porém, surgem vieses claramente antipopulares, embora se mantenha o horizonte da proposta nacional-estatista. Paradoxalmente, e inesperadamente, o nacional-estatismo ressurgiu então, e com muita força, embora em chave anti-popular, no período da ditadura Geisel.

Mas a história ainda estava em movimento. Em fins dos anos 1970, uma nova surpresa, atestando a vivacidade das tradições nacional-estatistas. Muitas oposições à Ditadura começam a se articular em torno de lideranças surgidas da estrutura nacional-estatista, da estrutura corporativista fundada nos anos 1930 e 1940 e *consolidada* pela CLT. Quase todos os líderes sindicais do ABC, e das outras letras do alfabeto, que surgem no final dos anos 1970, são produto das estruturas sindicais tradicionais do getulismo.

Houve então um grande equívoco na avaliação destas lideranças. Não poucos observadores, muitos provindos das esquerdas

revolucionárias, ou a elas associados, ao se depararem com aqueles movimentos sociais inesperados, com uma dinâmica extraordinária, grandes movimentos de massa que enchem estádios de futebol, viram nesse sindicalismo um novo sindicalismo. É uma tradição forte em nosso país: para legitimar uma instituição, ou um partido, é preciso chamá-lo de *novo*: é o Estado Novo, a República Nova, o novo sindicalismo, partido de novo tipo. Há uma ambição de originalidade, de renovação constante, e as pessoas freqüentemente não enxergam que o novo é o velho que se esqueceu.

Muitos autores viram nas lutas sindicais emergentes uma novidade radical e se recusaram a ver o tributo que essas lideranças sindicais pagavam à tradição nacional-estatista. E assim homens afeitos à conciliação, à barganha, ao diálogo, à composição, à defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e a estruturas de mediação que tinham dado vida a eles, às quais eles deviam sua própria vida, foram reconfigurados como revolucionários, prontos a liderar um projeto socialista para o Brasil.

Houve uma curiosa aliança entre intelectuais radicais e sindicalistas moderados. Embora o processo todo de lutas sociais tenha tido como eixo norteador a ação sindical, no momento seguinte, quando se tratou da fundação do Partido dos Trabalhadores/PT, a hegemonia da Ação deu lugar à hegemonia do Verbo. E os que detinham o Verbo eram os intelectuais, radicais de esquerda, que surgiram maciçamente das organizações revolucionárias. Na aliança medrou a ilusão de que se estava diante de uma novidade radical no Brasil. Não quero negar os aspectos originais, seria fazer uma história retrospectiva. Contudo, a seqüência dos acontecimentos iria evidenciar uma força que, gradativamente, foi vencendo o Verbo, chegando *ao de cima*, como dizem os portugueses, e esta força foi chegando imperceptível e silenciosa, e tinha o peso das tradições bem ancoradas, e não haveria outro nome para designá-la senão aquele com o qual estamos trabalhando, as tradições nacional-estatistas.

Do ponto de vista da força destas tradições, há um artigo seminal, de Leôncio Martins Rodrigues, em livro publicado pela Editora Ática: *Partidos e Sindicatos*, em que se analisa com muita acurácia a trajetória da tradição corporativista, nacional-estatista, dos sindicatos brasileiros, de como ela surge nos anos 30 e se desdobra de maneira imprevista ao longo das décadas, evidenciando-se como um animal de uma plasticidade, de uma capacidade de adaptação, fantástica. Construiu-se nos anos 30, alcançou pujança na Ditadura do Estado Novo, atravessou a república democrática fundada em 1945, até 1964, atravessou igualmente a Ditadura civil-militar instaurada neste último ano, e que se estendeu aos

fins dos anos 1970, foi consagrada na Constituição de 1988, e segue vigente até hoje, assediando e hostilizando os deputados que querem acabar com o Imposto Sindical. O Imposto Sindical é uma criação varguista, todo trabalhador, sendo ou não sindicalizado, é obrigado a *pingar* um dia de trabalho para o sindicato. As justificativas são de todo tipo, entre elas a de que as vantagens que os sindicatos conseguem são generalizadas para todos os trabalhadores, sendo eles sindicalizados ou não. Há sindicatos na Europa cujos ganhos só se aplicam aos que são filiados ao sindicato e não aos demais. No Brasil se o sindicato ganha alguma coisa é para toda a categoria, sindicalizados ou não. Então, já que qualquer trabalhador ganha, todos devem pagar, um dia de trabalho para a estrutura sindical, para que possa lutar por todos.

O que se percebe, então, nos anos 1980 é a ressurreição do nacional-estatismo. Já passara pela segunda morte, em 1964, pois ressurge, e reaparece nos anos 80, tanto no Partido Democrático Trabalhista/PDT, do Leonel Brizola, como no velho Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, da Ivete Vargas. Mas também no PT, apesar dos pesares e das expectativas revolucionárias dos militantes das esquerdas radicais. Ao longo dos anos 80, sobretudo a partir de 1989, com a derrota frente a Fernando Collor, o PT vai se metamorfoseando de forma gradativa e adotando cada vez mais abertamente um conjunto de propostas nacional-estatistas das quais, a rigor, nunca se afastara de um modo radical. Com efeito, os líderes sindicais sempre tiveram muito cuidado com essa questão do socialismo. No início houve uma forte pressão, muitos queriam que o PT se autoidentificasse como socialista, mas os líderes sindicais colocaram uma barreira: alto lá, socialismo? vamos deixar essa discussão para mais tarde, a prática vai dizer. O que quer dizer o socialismo exatamente, havia muitas reservas quanto ao emprego do termo, a validade, a adequação.

Em relação às propostas concretas recupera-se o arcabouço da tradição nacional-estatista, as reformas pelas quais tanto se tinham lutado nos anos 1960, redefinidas, voltam a ser formuladas. Só que o PT, devagar, gradativamente, brasileiroamente, abandona a retórica revolucionária. Vejam bem, em contraste com as acusações que se fazem no interior do PT, é notável perceber que o PT vai abandonando as propostas revolucionárias quanto mais ele se enraíza na sociedade. Ele vai se enraizando na sociedade e vai abandonando os propósitos revolucionários, quer dizer, é impossível não reconhecer que é o fluxo da sociedade no sentido do PT que vai fazer o PT se metamorfosear. Não quero aqui defender a problemática de que os partidos são meras expressões da sociedade, há uma dialética entre partidos e sociedades.

Porém, no conjunto, considerando-se um período longo, é difícil encontrar um partido extremamente popular que violente os desejos e as vontades do povo que vota nele, a não ser que o povo seja compreendido como uma cambada de estúpidos chapados. É a história do cidadão que vota no partido apesar do partido estar traindo, é a reiteração da problemática da traição. Durante muitos anos, muitas décadas, conformou a análise do processo da social-democracia na Europa, o que acabaria conduzindo alguns críticos a fazer um questionamento básico. Como é que uma classe considerada a mais revolucionária do mundo, destinada a emancipar a humanidade, pode ser assim tão estúpida para votar sempre em traidores, algo está errado nesse arcabouço teórico. E realmente o que se viu foi que, cada vez que o PT ia se popularizando, incorporando o elemento popular, vai adotando posições reformistas moderadas, que o aproximam muito das tradições nacional-estatistas em suas versões mais moderadas.

Bem, a meu ver, o Lula nos anos 1990 é o principal herdeiro da tradição sindicalista nacional-estatista. Depois dos surtos furiosos neoliberais de Fernando Collor, e das tendências privatizantes dos governos de Fernando Henrique Cardoso, voltou a conhecida tradição com grande força.

Em certo momento, pareceu que ia conhecer uma nova morte, em 2005, no auge dos escândalos de corrupção, a sociedade brasileira viveu uma terrível vaga moralista. Na terra de Macunaíma todos se transformaram em vestais, como se, pela primeira vez, estivesse se descobrindo um escândalo de corrupção na impoluta política brasileira. Houve uma convulsão, reeditando as alianças feitas em 1953 contra o Getúlio Vargas. As extremas esquerdas e as direitas reunidas para abater o filho dileto da tradição nacional-estatista. E realmente o dispositivo quase funcionou. Hoje se sabe que houve um momento em que a própria Dilma e o Palocci foram pedir ao Lula para renunciar. Foi depois daquela ação do Duda Mendonça. O Duda teve um surto de sinceridade e foi à televisão confessar que era um canalha, parecia que a república ia desabar. Ia ser a terceira e, quem sabe, a última morte do nacional-estatismo. Mas houve a reviravolta que todos conhecem e as eleições de 2006 voltaram consagrar não apenas o Lula, mas o PT. Foi um momento em que se disse: o Lula pode se salvar, mas o PT não vai se salvar. E se salvou, saiu como o partido mais votado, não teve o maior número de deputados pelas injustiças de nosso sistema eleitoral, mas foi o partido mais votado em 2006. De sorte que nacional-estatismo evidencia-se no Brasil como um animal com capacidade de sobrevivência e hoje ele se encontra, de certo modo, auxiliado pela radicalização do nacional-estatismo na América Andina, com o Hugo

Chaves na Venezuela e o Evo Morales na Bolívia. Programas nacionalistas radicais, a ala esquerda do nacional-estatismo que ressurgiu.

Assim, querer atribuir a força do fenômeno à capacidade de prestidigitação de alguns líderes, que se destacariam pela capacidade manipulatória, é um grosso equívoco que nos impede de compreender a história do Brasil, das suas esquerdas e das suas grandes lutas sociais. Se isso pode ser compreensível até os anos 1960, hoje, a meu ver, só pode ser explicado à luz do ressentimento, sempre um mal conselheiro, ou das rivalidades políticas.

Para concluir eu diria que o conceito de *populismo* é incapaz, a meu ver, de compreender o processo histórico brasileiro e só contribui, no melhor dos casos, para a perpetuação da ignorância, ou no pior, para articulação das forças mais obscuras e reacionárias que esse país já conheceu.

Muito obrigado,

Daniel Aarão Reis
Novembro, 2007